



## Os movimentos LGBT e feminista no Brasil: Da mordaza autoritária à publicidade na esfera transnacional

Luis Gustavo Teixeira da Silva<sup>1</sup>  
Camila Goulart Campos<sup>2</sup>

### RESUMO

A ebulição dos movimentos sociais com características distintas são um fenômeno recente na sociedade brasileira. Neste sentido, o presente trabalho tem objetivo analisar os principais resultados dos processos de transformação e articulação de movimentos feministas e LGBT da década de noventa (90) até os anos 2000. Para isso o texto fora estruturado em três momentos: primeiramente busca-se dialogar sobre a importância do processo de reabertura democrática para a deliberação e publicização de temas até então presos no mundo privado e levados a discussão pública. Em um segundo momento demonstra-se a heterogeneidade do Estado, a partir da ampliação dos canais comunicativos estabelecidos com a sociedade civil desde os anos noventa (90). Por fim, discutem-se as “novas” formas de associativismo, informação e mobilização através do ciberespaço.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais, feminismo, LGBT.

**Abstract:** The boiling of social movements with different characteristics, are a recent phenomenon in Brazilian society. In this sense, the present work is to analyze the main results of the transformation processes and articulation of feminist and LGBT movements from the nineties (90) until 2000. For this text outside structured in three stages: first we talk about the importance of the process of reopening democratic to deliberation and publicity of topics hitherto trapped in the private world to to public discussion. In a second step it is demonstrated the heterogeneity of the State, from the expansion of communication channels established with civil society since the nineties (90). Finally, we discuss the "new" forms of association, information and mobilization through cyberspace.

**Key-Words:** Social Movements, Feminism, LGBT.



## Introdução

A ebulição de movimentos sociais com distintas características, tais como, étnicos, urbanos, culturais e de gênero são fenômenos recentes na sociedade brasileira. Assim, a heterogeneidade da sociedade civil, concentra um apanhado de demandas por redistribuição e/ou reconhecimento (FRASER, 2007), haja vista, que as mobilizações anteriores à redemocratização coadunavam os atores coletivos em uma pauta única, isto é, a luta contra o regime ditatorial que perdurou entre os anos de 1964 a 1985. Posteriormente a este processo, eclodiram diferenciações e diversificações nas apelações frente ao poder público entre os movimentos, e inclusive, internamente a estes (AVRITZER, 2007). O que alçou novas gramáticas de integração, conflitos e mobilização no seio da sociedade civil, tal fenômeno instiga a investigação e exploração da forma como atuam nos variados planos e com que instâncias têm dialogado.

No caso deste texto, selecionou-se dois movimentos frutos do processo de visibilidade massiva ocorrido após a abertura democrática, a saber, o Movimento Feminista e o Movimento LGBT. O interesse de discuti-los conjuntamente deriva do fato, de ambos estarem interligados historicamente no Brasil, por trazerem para o debate público assuntos como liberdade sexual, reconhecimento e igualdade de direitos. Além do fato de atuarem em conjunto em mobilizações na esfera pública, como a Parada do Orgulho Gay e a Marcha Mundial das Mulheres. Assim como na colaboração mútua de parlamentares ligados a Bancada Feminina e a Frente Parlamentar Mista pela cidadania LGBT (FPMC – LGBT), que trazem a baila assuntos como violência simbólica, física, combate ao preconceito discriminação e o combate às desigualdades em que as referidas minorias enfrentam na sociedade.

Neste sentido, o objetivo deste artigo resulta em examinar os principais processos de transformação e articulação destes movimentos a partir dos anos noventa (90) e anos 2000. Para isso, utilizou-se do debate teórico e da literatura especializada em discutir a sociedade civil no Brasil, incorporando e construindo novos elementos teóricos conceituais, para explicar a complexa realidade nacional, na qual, extrapola os modelos teóricos provenientes do cânone acadêmico europeu e estadunidense. Sendo assim, o texto está estruturado em três momentos: primeiramente busca-se dialogar sobre a importância do processo de reabertura democrática para a deliberação e publicização de temas até então presos no mundo



privado e levados à discussão pública. Em um segundo momento demonstra-se a heterogeneidade do Estado, a partir da ampliação dos canais comunicativos estabelecidos com a sociedade civil desde os anos noventa (90). Por fim, discutem-se as “novas” formas de associativismo, informação e mobilização através do ciberespaço.

### **Os movimentos LGBT e Feministas: Participes da construção democrática no Brasil**

O movimento feminista tem uma longa trajetória de luta no Brasil. E para esboçar de maneira pedagógica e linear o histórico do referido movimento, será utilizada a linha analítica organizativa de Fraser (2007, p 299) sobre as ondas do movimento feminista. Neste sentido, é possível verificar, de maneira geral, que a primeira onda de feminismo no Brasil se constituiu a partir da luta pelo voto (as sufragistas). O direito de voto no Brasil foi conquistado em 1932, com a promulgação de um novo código Eleitoral<sup>3</sup>, embora o exercício efetivo de tal direito político tenha se concretizado somente a partir da Constituição de 1946. Ainda na chamada primeira onda do movimento feminista no Brasil, convém citar o movimento de mulheres operárias anarquistas, que reivindicavam a igualdade salarial entre homens e mulheres nas fábricas e questionavam a jornada dupla de trabalho que tinham que desempenhar. Para Pinto (2003, p. 36), estas organizações de mulheres são as primeiras em que não se constituía por mulheres intelectualizadas e com prestígio na sociedade, como no caso das mulheres no Brasil Imperial.

O início da segunda onda do feminismo no Brasil denota um período compelido para o movimento, devido à desconfiança com que o regime militar via suas manifestações. Neste segundo momento ocorrem modificações na constituição do movimento, surge uma nova forma de compreender o processo de submissão feminina, visando à autonomia da mulher para decidir sobre a sua vida e seu corpo. A partir do período de redemocratização, o movimento feminista passou a se organizar efetivamente no Brasil. A pauta do movimento se amplia abordando inúmeros temas, como por exemplo, a luta contra a violência doméstica, a violência sexual, ou seja, busca conquistar a ampliação dos direitos civis das mulheres. Dessa forma, entre os anos oitenta (80) e noventa (90), o mesmo passou por um processo



de maturação de suas demandas e de institucionalização, através de ações como os conselhos direitos das mulheres, em âmbito municipal, estadual e federal.

A implantação do Conselho Nacional da Condição Mulher (CNDM) é destacado por Pinto (2012, p. 274), como uma vitória do movimento feminista, um conselho federal com status de Ministério, no referido conselho tratou-se de temas ligados aos direitos sociais e de sexualidade feminina. Outrossim, o período é considerado como um momento de conflito em relação a institucionalização do movimento feminista. Enquanto muitas feministas estavam vinculadas ao MDB, outras questionavam a participação do movimento na política tradicional.

Na esteira da segunda onda do movimento feminista no Brasil, temos o surgimento do movimento LGBT, fundado em meados dos anos setenta, na eclosão de manifestações antiautoritárias que permearam a cena da transição democrática. Sendo fiduciário do capital político do Movimento Feminista que contribuiu para a sua fundação, compactuando sua agenda e buscando promover na esfera pública um valor central para ambos, isto é, a “liberdade sexual” (CARRARA, 2010). Porém, entre os anos oitenta e noventa a “epidemia” da AIDS fez com que a ação e atuação se voltassem para um campo mais pragmático (FACCHINI, 2009). Assim, o Movimento LGBT centrou-se neste período em garantir a promoção de políticas públicas que viabilizassem o acesso e tratamento dos portadores do Vírus HIV na rede pública de saúde, bem como, campanhas institucionais para a prevenção, instrução e distribuição gratuita de preservativos e seringas descartáveis (SIVORI, 2011).

Os anos noventa (90) constituem-se em um marco na história de ambos os movimentos, devido ao fim do regime militar e a ampliação na discussão de temas concernentes a ambos, assim como, o intenso diálogo criado com os poderes constituídos. Dessa forma, para o movimento feminista a luta voltou-se para o aumento da participação da mulher na política. Entre as medidas pelo aumento da representatividade política feminina, devemos evocar a discussão e as resoluções da Conferência Mundial de Mulheres em Beijing, realizada na China no ano de 1995. A referida conferência recomendou aos países que enviassem representação à adoção de ações afirmativas para instrumentalizar o crescimento da presença das mulheres nas instituições políticas. Para o movimento LGBT, o fato preponderante desse período diz respeito a sua institucionalização, que entre 1984 e 1991 nos



Encontros Nacionais do movimento restringiram-se a cerca de cinco entidades participantes em cada um dos eventos. Já no VIII Encontro Nacional, realizado em 1995, compareceram 40 grupos GLT. Em 1998, é criada a maior rede de organizações ativistas do Brasil – a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) – onde listava 68 entidades GLT brasileiras num documento preparado para um evento internacional. Ao final de 2006, 141 entidades LGBT estavam listadas entre as afiliadas a ABGLT, número que subiu para 157 no início de 2007 (FACCHINI, 2009; pág. 138).

Para ponderar melhor os avanços que não somente os movimentos em questão desfrutaram, mas a própria democracia brasileira vivenciou neste período. É salutar chamar atenção para as reflexões de Avritzer e Costa (2004), pois colocam que no período de redemocratização do Brasil, conjuntamente a construção de modelos institucionais para a construção de práticas democráticas tradicionais, tais como eleições livres, parlamento e liberdade de imprensa. Neste mesmo período desenvolvem-se no seio da sociedade civil instâncias de robustecimento dos valores democráticos, ou seja, discussão, deliberação e participação de diferentes indivíduos e atores, na qual contribuíram (e contribuem) para sedimentação de práticas democráticas. Um dos fatores que reforçam tais tendências é identificado pelo conceito *new publics* de Cohen e Arato (1992) “verifica-se um processo de desprovincialização e modernização do mundo da vida, que culmina com a criação e expansão de novos públicos e novos lócus de realização de formas críticas de comunicação – contextos de difusão de subculturas, movimentos sociais, microespaços alternativos etc.”. Para Avritzer e Costa (2004), tais transformações são latentes na América Latina, haja vista, a emergência de atores urbanos, que conferem maior heterogeneidade para a sociedade civil, desestruturando modelos instituídos de família e gênero problematizando outras formas de comportamento e vida.

Com o processo de abertura democrática emergiu a possibilidade, tanto do Movimento Feminista quanto do movimento LGBT, de resgatar temas até então clausurados na esfera do privado lançando-os para a discussão pública de massa. Os exemplos mais recorrentes são: o tratamento pelo Sistema Único de Saúde de portadores do vírus HIV, desconstrução do preconceito em torno da orientação sexual e dos direitos das mulheres, da violência doméstica e urbana que afeta a



ambas as minorias. Portanto, é possível considerar que o período demarca a constituição de uma esfera pública plural e horizontal, onde os problemas espelhados em um conjunto amplo da sociedade são absorvidos (já eram anteriormente), mas com a possibilidade de serem discutidos, tematizados e processados pela esfera pública (COSTA, 1993; DAGNINO, PANFICHI e OLVERA, 2006). Dessa forma, abriu-se um flanco prodigioso (sem a eminência da repressão), para o assentamento de um sistema de advertência, ou uma caixa de ressonância nos termos de Habermas, com a ampliação dos espaços públicos de deliberação heterogêneos, que refletem a diversidade do social (DAGNINO, PANFICHI e OLVERA, 2006). O que igualmente possibilitou aos poderes recém-constituídos de forma democrática através de um sistema multipartidário (MENEGUELLO e LAMOUNIER, 1986), a assunção e/ou processamento das demandas oriundas de uma esfera pública livre para a discussão de distintos temas. Do mesmo modo, permitiu aos movimentos sociais em questão maior visibilidade e com isso um papel preponderante na formação da opinião pública, o que em certa medida contribuiu para o aperfeiçoamento da democracia (AVRITZER, 2007).

### **A heterogeneidade do Estado e os movimentos sociais**

Para aproveitar o ensejo do período analisado, convém ressaltar que a sociedade civil não é um ator homogêneo e indiferenciável. Diferentemente, possui em seu bojo associações conservadoras (por exemplo, Associação Nacional Mulheres pela Vida – Brasil), progressistas e até antidemocráticas, tais como, PCC (Primeiro Comando da Capital - Brasil) (DAGNINO, PANFICHI e OLVERA, 2006; LAVALLE, 2003; COSTA, 1994). A mesma consideração deve ser feita em relação ao Estado, como destaca Dagnino, Panfichi e Olvera (2006), tal ente apresenta níveis substantivos de heterogeneidade:

Uma primeira dimensão dessa heterogeneidade pode ser apreendida pela “arqueologia do Estado”, isto é, o modo como as instituições estatais se formaram em diferentes ciclos ou períodos políticos. Na medida em que a transformação dessas instituições é desigual e não se completa com as mudanças de regime, a coexistência de instituições fundadas em princípios organizacionais distintos caracteriza uma forma de heterogeneidade do Estado. Além disso, esta se apresenta também vinculada à sua própria estrutura. Devem ser considerados os níveis de governo: federal, estadual e municipal. (...) Essa heterogeneidade estrutural do Estado, quando inserida em contextos de eleições livres e liberdade de organização partidária, permitiu uma heterogeneidade política que deriva do fato de que distintos projetos políticos podem ascender aos diferentes níveis de governo (DAGNINO, PANFICHI e OLVERA, 2006. Pp.34).



Assim, para além da discussão prosaica, na qual, identificam os partidos e os atores estatais como portadores somente de interesse pela aquisição e manutenção do poder, Dagnino, Panfichi e Olvera (2006) denotam, que tais instituições, assim como, ramificações e tendências, representam projetos políticos distintos que poderão ou não convergir para a abertura e absorção de demandas e instâncias participativas em seu interior. Sendo assim, o Estado em sua ação política é fruto do projeto político subjacente aos atores estatais e/ou partidários que povoam as estruturas administrativas.

Isto posto, para dizer que importantes avanços para o Movimento LGBT e para o Movimento Feminista foram registrados mediante a iniciativa dos atores inseridos no executivo federal. Assim, é válido elencar exemplos significativos destes avanços, tais como, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que ademais de iniciar uma política extensiva de combate ao HIV-AIDS, foram elaborados em seu governo os Planos Nacional de Direitos Humanos (PNDH) de 1996. Segundo Facchini (2009), este “foi o primeiro documento oficial do Brasil a reconhecer publicamente homossexuais no campo da promoção de direitos humanos”. Ressaltando ainda, a criação do Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD) de 2001, e da elaboração do PNDH II, em 2002, em que são produzidas recomendações para a promoção do combate a toda forma de discriminação, incluindo a orientação sexual e identidade de gênero, além da criação das Conferências Nacionais (FACCHINI, 2009; CARRARA, 2010).

No tocante ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), ao completar um ano de mandato este criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres, destinada “a formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional” (SPM, 2012). Outro fator de imenso impacto e relevância deste governo, diz respeito à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 07/08/2006) que resultou a conquista de uma “luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres por uma legislação contra a impunidade no cenário nacional de violência doméstica e familiar contra a mulher” (SPM, 2012)<sup>4</sup>. Ainda a destacar a realização no ano de 2008 da 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sendo este um espaço privilegiado de discussão entre o governo e o



movimento LGBT para o debate sobre questões de identidade de gênero e orientação sexual, e as perspectivas de avanços sobre a temática (SEDH, 2010).

Por conseguinte, é válido salientar que ao lado da ampliação do escopo de discussões empreendidas pela sociedade civil nos anos noventa (90), processo análogo refere-se à ampliação da presença de atores da sociedade civil na discussão, formatação e fiscalização de políticas públicas. Como afirma Avritzer (2007, p. 443) “essa presença foi acentuada nos últimos governos, que legalizaram diversas formas de inserção de associações nas políticas públicas”. A criação de conselhos e conferências nacionais (realizadas desde 1996) é um importante demonstrativo do diálogo que o executivo federal buscou (e busca) estabelecer com os entes da sociedade civil. Segundo o site da Secretaria Nacional de Articulação Social “a criação dos Conselhos, em todos os níveis da Federação, e a realização de Conferências Nacionais sobre os mais diferentes temas de interesse da sociedade civil tem sido uma das formas mais abrangentes e consolidadas do diálogo que o governo vem mantendo com a sociedade civil ao longo dos últimos anos”.

Com o objetivo de ampliar as transformações registradas nos anos noventa (90), nos anos 2000 as organizações feministas passam além da maior profissionalização, reforçadas pelas Conferências Nacionais para a Política da Mulher. Outro aspecto importante desta parte do Movimento Feminista está na diferenciação organizacional. Com as experiências do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, surgem articulações entre organizações internacionais para o cenário nacional, como a Marcha Mundial de Mulheres, reforçando o caráter universalista do Movimento Feminista, desde seus primórdios no Brasil. Portanto, a dinâmica do movimento gira em torno de discussões sobre o direito de reprodução da mulher, igualdade sexual, luta contra a violência, igualdade política e trabalhista entre homens e mulheres, além da igualdade material das mulheres. Com a diversificação dos temas do Movimento Feminista, podemos observar a diversidade de mulheres que se somam a esta luta, deixando de lado o histórico elitista que o mesmo apresentava no início de sua história no Brasil.

Por sua vez, o movimento LGBT é um dos que mais crescem no Brasil em comparação aos demais setores da sociedade civil. Seu poder de mobilização, visibilidade massiva e reivindicação de direitos frente ao poder público vem



ascendendo continuamente, ainda que encontrando importantes obstáculos. Os anos 2000 marcam uma transformação do movimento, tanto por suas reivindicações, bem como pela sua forma de atuação. Neste momento a agenda programática concentra um apanhado variado de apelações, dentre elas, a adoção conjunta de crianças, parceria civil, direitos previdenciários e de herança a parceiros e a criminalização da homofobia (PLC nº 122/06). Esta última para Horácio Sivori (2011) fora a aposta mais forte do movimento em seus trinta anos, pois engloba o reconhecimento da livre expressão da sexualidade, a proteção do Estado frente à discriminação por violência física e simbólica.

A partir do exposto, é plausível avaliar um avanço significativo nas conquistas de ambos os movimentos desde a década de noventa (90), e os indicadores que podem sustentar tal avaliação decorre dos arranjos já esboçados. Entretanto, em meio à conquista de demandas históricas, é novamente possível aferir que as pautas dos movimentos em questão, por meados dos anos 2000, avançam em suas formas de mobilizar e discutir suas demandas. Tendo em vista, que o Brasil conta com mais de 90% de sua população como confessa da fé cristã, dentre estes, 25% evangélicos<sup>5</sup>, o que gera maiores embates e disputas sobre temas, tais como, criminalização da homofobia e da legalização do aborto, assim tal fator nuança cenários de discussão sobre questões morais.

### **O Ciberespaço como instrumento de luta**

Assim, mediante ao aumento da discussão e proliferação de fóruns e associações com vistas a problematizar o reconhecimento das minorias analisadas por este texto. Convém ressaltar, que a abertura democrática e a orientação dos governos federais até então, alçaram ou contribuíram para as possibilidades tais quais as mencionadas. A partir dos anos 2000, temos a emergência de uma nova forma de articulação, discussão e processamento das demandas oriundas dos mais diversos movimentos sociais, através da potencialidade da rede das redes, ou seja, a internet. Segundo Scherer-Warren (2006), o impacto da internet como forma de articulação elevou a um patamar acima as formas de diálogo estabelecidas entre militantes, e inclusive entre movimentos de diferentes regiões geográficas do globo.



Dessa forma, Avritzer e Costa (2004) registram uma limitação relevante para o conceito de esfera pública desenvolvido por Habermas (1998 apud COSTA, 1994), uma vez que a mesma exerce seu papel no âmbito de fronteiras nacionais. E destacam os autores, que as novas possibilidades de laços, interação e integração extrapolam quaisquer fronteira política, ou o surgimento de espaços comunicativos pós-nacionais. Embora apontem que é prematuro afirmar a constituição de uma esfera pública mundial, nos termos que se construíram as esferas públicas nacionais, denotam a importância da sociedade da informação para os avanços da sociedade civil:

Entre as diferentes formas de comunicação e sociabilidade transnacional, aquelas estabelecidas pelas articulações de movimentos sociais de diferentes origens geográficas parecem ser mais visíveis publicamente. Verifica-se aqui, efetivamente, a circulação de temas e argumentos relacionados com a equidade de gênero, direitos humanos ou proteção ambiental, de forma simultânea, em contextos nacionais diferentes. Contudo, não se trata da formação de uma esfera pública transnacional que coloca em contato os diferentes públicos nacionais. Tem-se, na verdade, fóruns transnacionais diversos, segmentados e desarticulados entre si. (...) é através das estruturas das esferas públicas nacionais que as questões tratadas nesses contextos comunicativos transnacionais ganham repercussão (AVRITZER e COSTA, 2004. p. 716).

Sendo assim, se levarmos em consideração a expansão dos meios comunicativos e das redes sociais ocorridos na última década, é possível mensurar o imenso impacto que os mesmos proporcionaram para a constituição destes espaços de discussão e informação de temas relevantes, que como ressalta Delarbre (2011) raramente são alvos de atenção da grande mídia. Por exemplo, as redes sociais mais utilizadas na internet, dentre elas, o Facebook que em 2011 registrou mais de 700 milhões de contas no mundo, ou ainda o You Tube que em 2011 alcançou o índice de 3 bilhões de reproduções diárias de vídeos (DELARBRE, 2011 p.64). Outra ferramenta importante são os Blogs que funcionam como canais informativos (sem custos) onde um indivíduo ou grupo, podem construir um espaço de debate, articulação e informação sobre variados temas, dentre outras redes como Twitter (mini-blog) e MySpace que tem objetivos similares as outras, porém não tão populares no Brasil quanto as demais.

Em uma pesquisa rápida no You Tube, por exemplo, é verificável mais de 29 mil vídeos informativos sobre o direito das mulheres e 30 mil vídeos sobre o feminismo. Tais vídeos consistem em informações, pautas, registros de reuniões temáticas sobre os mais variados países, além de comunidades no Facebook (como



o Feminismo na Rede) na qual contabiliza mais de 32 mil participantes. Sob os mesmos moldes, uma pesquisa no You Tube com a sigla LGBT, possibilita um universo de mais de 430 mil vídeos, como já dito, contendo informações, debates, conflitos<sup>6</sup>, e mobilizações do movimento nos cinco continentes do globo. Consoante, comunidades no Facebook (LGBT e LGBT América) com cerca de 30 a 38 mil participantes cada, respectivamente.

Diante deste cenário, Delarbre (2011) vê nos ciberespaços poucas possibilidades de debates profundos na rede, devido à instantaneidade e fugacidade das informações e diálogos estabelecidos nestes locais virtuais. Não obstante, salienta que a rede concatena praticamente todos os enfoques ou posições, sejam elas centristas, esquerda, direita, fundamentalistas, tolerantes ou violentas, radicais e céticos, sobre qualquer assunto político. O que o pesquisador denomina de a maior e mais extensa “ágora” já existente na história da humanidade, todavia chama a atenção que a internet é utilizada preponderantemente para expor posições, do que para dialogar sobre elas. Diferentemente Scherer-Warren (2005, p. 78-79) frisa que “as redes de movimentos sociais, (...) são redes complexas que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam de forma simbólica ou estratégica sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo em um processo dialógico de intercâmbios, negociações, experiências e definições de campo de conflito e resistência”.

De maneira análoga, Scherer-Warren (2006) discorre sobre a importância da articulação através das redes de redes para o Movimento LGBT, assim como, para o Movimento Feminista. Primeiramente salientando a importância de tal ferramenta na promoção e articulação de diferentes redes nacionais dos movimentos para a visibilidade de grandes mobilizações na esfera pública, dentre estes a Parada do Orgulho Gay que no ano de 1997<sup>7</sup> reuniu 2 mil pessoas em São Paulo, chegando no ano de 2011<sup>8</sup> a reunir 4 milhões de pessoas no mesmo município. Convém ressaltar, que Scherer-Warren (2005; 2006) evidencia através do ciberespaço, a integração dos movimentos com seus pares a nível internacional, e a Marcha Mundial das Mulheres é um bom exemplo de tal integração, haja vista, que reúne organizações de todos os continentes.

A Marcha Mundial de Mulheres não só consegue se comunicar com o conjunto de tendências do feminismo, dos movimentos de mulheres de base local, mas também com os mais globais, com os movimentos de outras



especificidades, com os simpatizantes de suas causas, formando redes de redes de movimentos, identidades plurais, radicalizando a democracia a partir dos níveis locais, regionais, nacionais e até transnacionais na direção de uma cidadania planetária (SCHERER-WARREN, 2006. p. 119).

Em suma, apesar do intenso debate entre os especialistas que o tema dos ciberespaços promove, sabendo que não há posições fechadas quanto as possibilidades e a qualidade dos vínculos associativos que tal ferramenta proporciona. É plausível considerar, que os mecanismos oriundos da articulação provenientes da rede mundial de comunicação, estabelecida na América Latina nesta última década, se não promoveu avanços nos movimentos em questão, ao menos inseriu mudanças significativas nas formas de pressão, informação e mobilização dos movimentos Feminista e LGBT. (DELARBRE, 2011; SCHERER-WARREN, 2005; 2006; AVRITZER e COSTA, 2004).

### **Considerações Finais**

Para tanto, o processo de institucionalização destes grupos minoritários (Feministas e LGBT), nos permite perceber a riqueza e nuances sob formas de problematizar temas. De maneira a desestruturar instituições e concepções enraizadas na sociedade, ou seja, o direito ao próprio corpo (legalização do aborto) e as diferentes formas de expressar o amor e o desejo, promovendo o avanço e ampliação de direitos sociais. De maneira análoga, é possível aferir que as transformações ocorridas na sociedade brasileira dos anos noventa (90), conferiram aos movimentos discutidos uma nova configuração no plano organizacional, informacional e de articulação de suas apelações. Deste modo, fatores imprevisíveis (tais como, a orientação dos executivos federais e o avanço das ferramentas da sociedade de informação), corroboraram para a reverberação das temáticas ligadas a estes grupos. Do mesmo modo, a emergência dos ciberespaços propiciou outras formas e ambientes para a deliberação e absorção das pautas de discussões. De modo que, a discussão pode ser debatida não somente no plano local de suas demandas, mas pode possuir como interlocutor na construção e elaboração de estratégias pares destes movimentos no âmbito transnacional.



### Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo e COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **Revista Dados** [online]. Vol. 47, nº4, pp. 703-728, 2004.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Revista Dados** [online]. Vol.50, n.3, pp. 443-464. 2007.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Revista Bagoas**. nº05, p.131-147. 2010.

COSTA, Sérgio. Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Revista Novos Estudos**. nº38, março, 1994.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto e PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: **A disputa pela construção democrática na América Latina**, DAGNINO, E; OLVERA, A; PANFICHI, A. (Orgs.). São Paulo, editora Paz e Terra, 2006.

DELARBRE, Raúl, Hacia una política 2.0? Potencialidades y limites de la red de redes. **Revista Nueva Sociedad**. nº235, set-out, 2011.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**. nº. 04, p.131-158, 2009.

FOLHA DE S. PAULO. **Segundo Datafolha, 25% dos brasileiros são evangélicos**, 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2604201007.htm>. Acesso em outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Parada gay reúne 200 mil, segundo a PM**. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u165.shtml>. Acesso em outubro de 2012.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

LAVALLE, Adrián. Sem Pena Nem Glória: O debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Revista Novos Estudos**. nº66, julho, 2003.

NICOLAU, Jairo. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro, 2004. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf>. Acesso em: outubro, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: BIROLI e MIGUEL (Orgs). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedos: Editora Horizonte, 2012. p.270-290.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma historia do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.



PORTAL G1 – SÃO PAULO. **Organização estima em 4 milhões público da Parada Gay de SP.** 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/06/organizacao-estima-em-4-milhoes-publico-da-parada-gay-de-sp.html>. Acesso em outubro de 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, Vol. 21, pp. 109-130, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Redes sociales y de movimientos em la sociedade de la información. **Revista Nueva Sociedad**. nº 196, abr.-mar. 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Texto base da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. 2010. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/co/glb/texbaglbt.pdf>. Acesso em outubro de 2012.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre>. Acesso em outubro de 2012.

SIVORI, Horácio. **Nuevos derechos para LGBT em Argentina y Brasil, 2011.** Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/forum/files/vol42-issue1/Debates3.pdf>.

## Notas

<sup>1</sup> Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas no ano de 2012. Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política PPGCPOL - UFPEL, e bolsista do CNPQ.

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Pelotas (2009). Especialista em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Pelotas (2011). Atualmente é Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. É Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES.

<sup>3</sup> Entre os anos de 1934 e 1946 não houve eleições no Brasil (NICOLAU, 2004).

<sup>4</sup> É reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.

<sup>5</sup> FOLHA DE S. PAULO (2010)

<sup>6</sup> Registrou-se um número considerável de vídeos de lideranças religiosas expondo pontos de vista contrários a identidade LGBT, bem como, ao próprio movimento.

<sup>7</sup> FOLHA DE S. PAULO (2001)

<sup>8</sup> PORTAL G1 (2011)